



Boletim Semanal

# Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

Quarta-feira • 30 de Novembro • Ano V

## PCS do Judiciário: Projeto é aprovado por unanimidade pelo CNJ e servidores retornam ao trabalho hoje

O PL 5845/05 foi aprovado por unanimidade, ontem, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e seguiu, ontem mesmo, para a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. A partir de hoje, os coordenadores do Sindjus começam as negociações com os parlamentares para que o texto seja aprovado rapidamente. Em consequência da decisão do CNJ, os servidores do Judiciário decidiram voltar ao trabalho nesta quarta-feira.

“A aprovação do PL foi uma vitória dos servidores, já que muitos não acreditavam que o projeto seria apreciado neste período (quase final do ano). Fizemos nossa mobilização, enviamos mais de 800 e-mails aos conselheiros e estamos de parabéns com o resultado”, afirmou o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo.

No parecer, o relator do projeto no CNJ, Oscar Argollo, enfatizou que mesmo tendo recebido pedido da Procuradoria Geral da República para avaliar melhor, números referentes a dados orçamentários e ao impacto do PCS em relação aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ele não viu problemas na proposta.

Argollo disse que pediu que uma comissão técnica analisasse pela segunda vez os dados orçamentários. E a conclusão a que chegou foi de que o cálculo feito pela PGR incluía valores sobre pagamento de precatórios e despesas em período eleitoral que não fazem parte do montante de gastos destinado ao salário dos servidores. “O PL merece ser aprovado porque o seu conteúdo atende à necessidade do sistema Judiciário, pela valorização do plano de carreira dos servidores e por atender à adequação orçamentária”, destacou.



Fotos: Gláuber Fernandes - Planet Photo

Servidores comemoram a vitória e gritam: “PCS Já”.

### Parcelamento a ser discutido

O relator sugeriu, ainda, em seu parecer, que o PCS tenha pagamento parcelado em, no máximo, três vezes. O conselheiro Antonio de Pádua Ribeiro ponderou que qualquer tipo de sugestão sobre parcelamento deveria ser deixado de lado, uma vez que o projeto já foi estudado por todos os tribunais. Além disso, argumentou Pádua Ribeiro, compete ao CNJ avaliar, apenas, o mérito do PCS.

Mesmo assim, o item foi mantido no relatório, depois que o presidente do conselho, ministro Nelson Jobim, disse que a sugestão seria interessante para a negociação política a ser estabelecida entre o Judiciário e o Congresso, daqui por diante. “A sugestão reforça minha posição para negociação. No entanto, não quer dizer que o PL seja votado em

uma, nem duas ou três vezes”, afirmou Jobim.

A discussão também teve aparte do conselheiro Paulo Schmidt, que reconheceu a importância do PCS para a valorização dos servidores do Judiciário e o definiu como “um grande avanço” para a categoria.

Ao tomarem conhecimento da notícia, os servidores comemoraram com gritos de “PCS Já”. Mas sem se esquecerem de que a luta continua, pela aprovação final pelo Congresso.



Oscar Argollo, relator

# PCS do MPU

## Entidades dão prosseguimento a reuniões com conselheiros do CNMP

Enquanto o PCS do Judiciário segue, agora, para o Congresso Nacional, as entidades representativas dos servidores prosseguem com as reuniões para que o projeto referente ao PCS do MPU também seja aprovado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) o mais rápido possível. Ontem e hoje os coordenadores do Sindjus Roberto Policarpo e Valdir Ferreira viajaram para Recife(PE) e Goiânia(GO), respectivamente, para conversar com os conselheiros sobre a importância da proposta. Policarpo tem audiência com Hugo Cavalcanti Melo Filho e Francisco Maurício Rabelo. Valdir Ferreira, com o conselheiro Paulo Sérgio Prata.

Na segunda (28/11), representantes do Sindjus, Sinasempu, Asmpf e Asmip participaram de quatro encontros com membros do CNMP e com subprocuradores. Dois deles, com os sub-procuradores Moacyr Guimarães Moraes e Alcides Martins. Uma terceira audiência foi realizada com o conselheiro Alberto Machado Cascais Meleiro, e outra, com Gaspar Antônio Viegas.

O objetivo dessas reuniões é obter o apoio dos conselheiros para a negociação do PCS. A administração do MPU insiste em parcelar o PCS em 5 anos e utiliza dados questionáveis para justificar o parcelamento. Antônio Fernando tentou cometer o mesmo

erro no CNJ, onde atua como representante do MPU.

O PGR calculou, por exemplo, como impacto orçamentário para a implementação do PCS do Judiciário, valores que não estão relacionados ao pagamento dos servidores, tais como precatórios e despesas com período eleitoral e apresentou esses dados ao relator Oscar Argollo. O relator do PL 5845 no CNJ solicitou uma análise dos técnicos do STF que verificaram que ao contrário do que dizia Antônio Fernando, o PCS estava dentro da Lei de Responsabilidade fiscal e dentro do limite orçamentário.

Nas reuniões com as entidades, os conselheiros do CNMP têm demonstrado total atenção aos representantes dos servidores, bem como disposição de buscarem a melhor solução para os pontos pendentes e críticos do projeto. Tanto que, na questão da transparência em relação aos números, eles concordaram com a necessidade de que os dados sejam corretamente repassados aos servidores.

Nesse sentido, os membros do CNMP prometeram acompanhar o processo do PCS juntamente com as entidades e sugeriram que, tão logo seja designado o relator do projeto, os representantes sindicais entrem em contato com ele para buscar a forma mais harmônica de se negociar os pontos considerados inconstitucionais.



### PCS do Judiciário: Policarpo defende no CNJ a aprovação do PL 5845/05

Representando 28 sindicatos de servidores do Judiciário Federal de todo o País, Roberto Policarpo fez a sustentação oral na sessão do CNJ dessa terça-feira, 29/11. É a primeira vez que a Fenajufe ocupa a tribuna do Conselho Nacional de Justiça para defender a aprovação de um projeto de interesse dos servidores.

Em seu pronunciamento, Policarpo destacou a importância da proposta para que o Judiciário seja transformado em organismo de excelência na democracia moderna. Destacou a necessidade de "um quadro efetivo e capacitado de servidores, formado por pessoas qualificadas, dedicadas, escolhidas mediante concurso público e valorizadas por meio de remuneração adequada". Motivos pelos quais, pediu o apoio do CNJ na aprovação do PL.

Roberto Policarpo lembrou, também, que o PL destaca que se deve obedecer à visão estratégica do Judiciário, daí porque o texto propõe uma série de alterações que reformam a remuneração dos servidores e valorizam as carreiras, levando ao competente atendimento dos brasileiros.

O coordenador-geral do Sindjus fez, ainda, um relato do caminho percorrido pelo projeto, explicando que o mesmo foi elaborado por uma comissão técnica formada por representantes de todos os tribunais, da Fenajufe e do Sindjus, em seguida assinado pelos presidentes e, depois, aprovado pelo pleno do STF. Quando então foi encaminhado ao Congresso para depois ser enviado ao CNJ.

E pediu que, assim que aprovado, o PCS fosse imediatamente enviado ao Congresso, para a continuidade da tramitação.

### Sindjus retoma distribuição das agendas

O Sindjus recomeça, hoje, a distribuição das agendas de 2006 e dos convites para a festa de final do ano do sindicato nos pontos de trabalho dos servidores.

Em função da paralisação, a distribuição estava sendo feita apenas durante as assembleias e atos públicos realizados ao longo da semana.

Os associados que ainda não receberam as suas, podem aguardar a entrega nos seus locais de trabalho, conforme o calendário abaixo.

#### 30/11

PGR

SRTVS/Vara da Infância/Sobradinho, Planaltina e Paranoá e Promotorias (MPDFT) S.I.A, Núcleo Bandeirante, Guará, Samambaia e Gama

TRT e Varas trabalhistas

TST –

#### 1/12

STF

TJDFT (sede)

Fóruns de Taguatinga, Ceilândia e Gama

JF

PRR, PRDF, MPM e MPT

#### 2/12

Palácio da Justiça e TJDFT (sede)

STM

TRF

TSE

STJ/CJF

Setor de garagens